

## A URBANIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA<sup>1</sup>

**José Vieira Neto<sup>2</sup>**  
*jovinetto@hotmail.com*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo mostrar a urbanização da região Centro-Oeste do Brasil e as suas recentes mudanças. Até o início dos anos de 1940 a região era formada pelos estados do Mato Grosso e o de Goiás. Distante dos grandes centros do país, continuava como um lugar de muitas matas e cerrados, com poucos habitantes e era considerada uma grande área “vazia”. O Centro-Oeste que estava desprovido de investimentos começou a mudar quando o Estado passou a financiar projetos e conceder recursos para infra-estrutura e incentivos fiscais a empresários, a partir daí a região entrou no ritmo da produção empresarial e com isso as mudanças foram ocorrendo. O Centro-Oeste tornou-se lugar atrativo e com a criação de Brasília e suas novas vias de comunicação integrou-se com as outras regiões brasileiras formando um grande mercado e favorecendo a chegada de milhares de habitantes o que contribuiu para criação de novas cidades e provocou um aceleração da urbanização e de diversos problemas urbanos.

**Palavras-chave:** Urbanização, Cidades, Região Centro-Oeste do Brasil.

### *BRAZILIAN CENTER-WEST URBANIZATION*

**Abstract:** This article is intended to show the urbanization of the West Central region of Brazil and its recent changes. Until the early 1940 the region was formed by the states of Mato Grosso and Goiás. Far major centers of the country, continued as a place of many woods and cerrado, with few inhabitants and was considered a large area 'empty'. The Center-West that was devoid of investments began to change when the state started to finance projects and grant resources for the infrastructure and tax incentives to entrepreneurs, and from that the region entered the pace of production enterprise and with the changes that were experiencing. The center-west has become attractive place and the creation of Brasilia and its new lines of communication integrated with the other regions Brazilian forming a large market and encouraging the arrival of thousands of people who contributed to the creation of new urban centers and caused a speeding up of urbanization.

**Key words** – Urbanization. Citys. West Central region of Brazil

### **Introdução**

O século XXI é o século que indica que a maioria da Humanidade adotará a cidade como seu local de moradia, razão pela qual acreditamos que o estudo sobre a urbanização vem merecendo a constante atenção da geografia e de diversas outras ciências.

---

<sup>1</sup> Este artigo com algumas mudanças e atualizações faz parte do capítulo da Tese de VIEIRA NETO, José. “A Urbanização e a Problemática Ambiental no Centro-Oeste do Brasil: o caso de Rondonópolis-MT.” USP- FFLCH, 2000.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

Discutir o fenômeno urbano e os problemas a ele ligados tem sido tema de grandes polêmicas e neste artigo, temos como objetivo mostrar como ocorreu o processo de urbanização da região Centro-Oeste do Brasil.

O processo de urbanização não é um simples acontecimento na história de um país ou apenas de mudança no local de moradia de um povo ele implica em mudanças na vida das pessoas. Souza (1995, p. 66) definiu que “o urbano é o abstrato, o geral, o externo, onde está a produção, as classes sociais, a divisão do trabalho. O conjunto dessas histórias é que nos dá a teoria da urbanização. [...] A urbanização pode ser entendida como um espaço em permanente mutação. Como um espaço mutante.”

Buscando os escritos de Milton Santos (1993, p. 11) ele nos diz que: “[...] O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim com das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos.

O Brasil até as primeiras décadas do século XX tinha poucas cidades. A maioria das pessoas morava na zona rural e com o passar dos anos o país passou por um acelerado processo de urbanização, surgiram novos centros urbanos e foram alterando a vida nas cidades e das regiões.

A região Centro-Oeste, como nova fronteira para investimentos e com as “bênçãos do governo” passou por importantes mudanças e também teve uma urbanização acelerada provocando a criação de novos centros urbanos e as transformações no padrão e vida das cidades. Neste trabalho vamos encontrar como ocorreu todo esse processo de urbanização da região.

### **O processo de urbanização da região Centro-Oeste**

A urbanização da região Centro-Oeste está inserida em um contexto maior que é a urbanização brasileira. Como no Brasil ela foi acelerada e desigual, a região Centro-Oeste, tem por característica ser diferente, assim, como nas outras regiões. A este respeito Geiger (1963) diz que a forma do processo industrial brasileiro, a concentração das atividades em determinadas áreas, é a principal razão

da acentuada diferenciação regional que se vai operando, acompanhada de diferenciação nas estruturas urbanas.

Ainda escrevendo sobre as diferenças urbanas regionais no Brasil, Milton Santos (1993) explica que o simples exame dos números da urbanização nas diversas regiões pode dar a impressão de uma evolução contraditória. Não se trata disso. A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único, o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho e em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução.

Para melhor entendermos a urbanização da região Centro-Oeste, vamos começar no início dos anos 1940. Naquela época, a região era formada apenas por dois grandes estados: o estado de Mato Grosso e o estado de Goiás.

A região Centro-Oeste, continuava um lugar de muitas matas e cerrados, contava com muitos índios, mas em termos de quantidade de população branca, era considerada uma grande área “vazia”, estava desprovida de investimentos, razão pela qual ficou parada no tempo. Mas os olhos do capital abriram-se, o país tinha novas metas, desta vez através da nova fronteira agrícola. O estado como “parceiro” fez investimentos através de grandes projetos e aí a região tomou rumos no seu processo de ocupação e produção para atender os grandes centros do país. Segundo Galindo; Santos, (1995) que citam Mueller:

Foi a partir da década dos 1940 que o estado passou a intervir decisivamente no processo de ocupação da região. Essa participação não ocorreu evidentemente por acaso. A industrialização por substituição das importações passou a requerer da agricultura dupla atribuição: “produzir excedentes de alimentos a custos razoáveis” e fornecer recursos para financiar o desenvolvimento urbano-industrial do centro dinâmico da economia nacional (Mueller, 1992 b). E como sabemos, a agricultura brasileira apresentou um desempenho aceitável, apoiado, essencialmente, na expansão das fronteiras agrícolas. (GALINDO; SANTOS, 1995, p. 158)

Em 1940, a população total desta região era de 1.258.679 habitantes. No entanto, predominava a população rural com 987.842 habitantes. Quanto à população urbana, ela era apenas 270.837 habitantes, o que equivale a uma taxa de

urbanização de apenas 21,52%. Enquanto isso, a taxa de urbanização do País era de 31,24%. Apenas lembrando que nesta década, foi que começou a contagem oficial de população.

O quadro das cidades da região era pouco representativo, haja vista, pela sua própria população reduzida. Em 1940, eram apenas 80 cidades; o estado de Mato Grosso tinha 28, enquanto que eram 52 cidades no estado de Goiás.

Mas o Centro-Oeste que pouco se desenvolvia, entrou na “Marcha para o Oeste”. A década de 1940 marca o início da ocupação mais contínua e regular, principalmente do sul de Mato Grosso e do Centro-Sul de Goiás. Foi quando se deu a instalação das duas grandes colônias agrícolas pelo Governo Federal: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 1941, no “Mato Grosso de Goiás” e a Colônia Agrícola de Dourados, em 1943, em Mato Grosso, ambas em áreas de Matas. Com elas se iniciou a expansão da atividade agrícola na Região, até então pecuarista e extrativista.

A região Centro-Oeste foi se tornando atrativa e passou a receber uma grande quantidade de novos habitantes. Segundo Keller; Magnanini (1977) começa:

De 1940 a 1950, o aumento da população regional foi de cerca de 500.000 habitantes, tendo sido de 3,8% o incremento bruto anual do período. Nessa década a descoberta e a exploração de monções diamantíferos e de cristal de rocha foi fator de atração de garimpeiros nordestinos para as bacias do alto Araguaia, alto São Lourenço e rio das Garças para a exploração de diamantes, em Mato Grosso e para o médio Araguaia e a bacia do rio Formoso, seu afluente, para a exploração do cristal de rocha em Goiás.” Prossegue as citadas autoras escrevendo que, a expansão da agricultura comercial, principalmente do café no “Mato Grosso de Goiás”, foi fator de atração de população para a área, além das entradas de colonos nas Colônias Agrícolas Nacionais que vieram reforçar os fluxos migratórios do período. (KELLER; MAGNANINI, 1977, p. 117).

Com o alto índice da população migrante o quadro demográfico da região foi alterando os seus números. Em 1950, a população atingiu o total de 1.736.965 habitantes, sendo distribuídos em 1.313.468 habitantes rurais e 423.497 habitantes urbanos, o que corresponde a uma urbanização de 24,38%, (ver Quadro 2). Até então, prevalecia o crescimento natural, mas foi a partir dos anos 1950, que a migração passou a ter um papel importante no quadro demográfico urbano e rural do Centro-Oeste.

O crescimento urbano do estado de Mato Grosso e do estado de Goiás, não foi igual, haja vista que, o crescimento da população regional também foi diferente. Desde 1940, o estado de Mato Grosso teve um maior grau de urbanização do que Goiás, em 1940, seus índices de urbanização eram de 29,8% e 17,2%. Já em 1950, a população urbana em Mato Grosso era muito maior que a de Goiás: 34,1% e 20,2%.

Muitas das cidades onde se concentra a população desta região tiveram a origem desde, o século XVIII, elas foram surgindo de acordo com o desenvolvimento econômico da região, que esteve ligado a diversos setores da economia que vai da mineração à criação de gado, ao extrativismo vegetal, ao extrativismo mineral, até as mais recentes frentes agrícolas.

Mesmo com as dificuldades da época, o número de cidades foi crescendo. Se no ano de 1940, elas somavam 80 centros urbanos, já no ano de 1950, houve um aumento, elas passaram para 112 cidades, sendo que o estado de Mato Grosso passou de 28 para 35 cidades e o estado de Goiás passou de 52 para 77 cidades.

Mas o panorama de distribuição das cidades da região Centro-Oeste em 1950, caracterizava-se por ser extremamente irregular: maior concentração no setor meridional, podendo o paralelo de 15°S ser uma espécie de limite entre as duas áreas: a do sul, a que dispunha de um maior número de centros urbanos, e a do norte, onde eles se escasseavam, podendo até em algumas áreas, como no norte de Mato Grosso, desaparecer totalmente. (CARDOSO, 1989, p. 205)

As cidades desta região eram pequenas. A maioria delas tinha até 2.000 habitantes, demonstrando que eram pequenas manchas de população esparramadas pelo interior da região. Se elevarmos o tamanho para até cinco mil habitantes, elas alcançavam um total de 98 cidades, no entanto, a sua população total era de apenas 154.609 habitantes.

A grande concentração populacional estava nas cidades com mais de 5.000 habitantes. Elas eram apenas quatorze, mas tinham uma população que juntas somavam 191.333 habitantes o que equivale a 55,30%, ou seja, mais da metade do total da população.

As cidades com a população acima de 10.000 habitantes, (Quadro 1) eram apenas cinco: Anápolis em Goiás com 18.350 habitantes, Corumbá que pertencia ao estado de Mato Grosso, (hoje está no Mato Grosso do Sul) com 18.725 habitantes, Cuiabá no Mato Grosso com 23.745 habitantes, Campo Grande (pertencia ao Mato Grosso), hoje, capital do Mato Grosso do Sul com 31.708 habitantes; e Goiânia com 39.871 habitantes. Dentre estas cidades, Cuiabá e Goiânia eram capitais estaduais. Veja o Quadro com a população das cidades.

**Quadro 1 - Região Centro-Oeste: cidades e população (1950)**

HABITANTES	CIDADES	POPULAÇÃO
Até 1.000	35	23.887
De 1.001 até 2.000	40	58.252
De 2.001 até 5.000	23	72.470
De 5.001 até 10.000	9	58.934
De 10.001 até 20.000	2	37.075
De 20.001 até 50.000	3	95.324
TOTAL	112	345.942

Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, A. Capdeville, (Org.). **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**, v.1, p. 203.

Essa maior concentração populacional nas capitais foi observada por Santos (1993), o qual diz que até segunda guerra mundial, o peso das capitais no processo urbano e na população urbana sobreleva, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. É nos estados em que a atividade extrativa é predominante que a parcela da população vivendo nas capitais é maior. É um fenômeno típico das Regiões Norte e Centro-Oeste, o caso de Goiás sendo atípico.” (SANTOS, 1993, p. 25).

No caso de Goiânia, em 1950, Cardoso (1989, p. 205) escreveu que esta é uma cidade que merece uma referência especial, Goiânia, a capital planejada do estado de Goiás, inaugurada oficialmente em 1942, mas já sediando definitivamente o governo desde 1937; a partir de sua instalação, passou a desempenhar um papel de importância ímpar no estado de Goiás, em grande parte devido a sua posição no contato das chapadas do sul com suas zonas de criação de gado e o Planalto Cristalino do “Mato Grosso” de Goiás com seus solos ricos e propícios às atividades agrícolas. [...] Ao mesmo tempo em que as ruas e praças da nova cidade eram construídas, também as máquinas abriam estradas entre a nova capital e as cidades

goianas. Transformações ocorreram: vilas viraram cidades; outras vilas e povoados nasceram. (CARDOSO, 1989, p. 205).

A partir da década de 1950, foram ocorrendo mudanças na estrutura produtiva regional. A agropecuária intensificou o seu lado comercial exigindo técnicas mais modernas. Mas a mineração continuava sendo uma atividade importante no setor primário e na abertura de frentes de povoamento.

A região Centro-Oeste continuou atraindo novos habitantes, eram migrantes de origem do Sudeste e Nordeste para as fronteiras agrícolas do sul e leste e centro-norte de Mato Grosso e da metade norte de Goiás. Tudo isso foi de mais alta importância para que chegássemos aos tempos de agora, mas o marco de grande importância desta região foi o início da construção de Brasília. Segundo Geiger (1980):

Durante muito tempo, a mudança da Capital ficou apenas em desejo, pois não existiam condições materiais para a sua efetivação. A mudança só se concretizou quando o Brasil ingressou no caminho da industrialização e sua estrutura econômico-social se torna mais complexa, quando a região sul já está povoada, grande extensão de suas matas desbravada, e as frentes pioneiras passam a deslocar-se sobre a massa florestal de Goiás e Mato Grosso; e, principalmente, quando a indústria de construção se torna muito importante e a especulação imobiliária atinge pontos altos. Ainda nos diz Geiger que: “a construção de Brasília deu novas direções às correntes de migrações interiores, desviando dos troncos gerais do tráfego de nordestinos para o Sudeste do Brasil e para as zonas agrícolas do Centro-Oeste, ramos em direção ao Planalto Central, pelos quais flui mão-de-obra para os trabalhos de edificação da nova Capital.” GEIGER (1980, p. 425).

As migrações influenciaram no crescimento da população regional que somadas ao crescimento natural e ao êxodo rural teve um aumento de 1.206.027 habitantes. Em 1960, o Centro-Oeste já contava com 2.942.992 habitantes, sendo que, 1.935.764 habitantes estavam no campo o que corresponde a 67,78%. Veja o Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 - Região Centro-Oeste: evolução da população (1940-1996)**

ANO	POP. URBANA	(%)	POP. RURAL	(%)	TOTAL
1940	270.837	21,52	987.842	78,48	1.258.679
1950	423.497	24,38	1.313.468	75,62	1.736.965
1960	1.007.228	34,22	1.953.764	67,78	2.942.992
1970	2.437.379	48,04	2.635.880	51,96	5.073.259
1980	5.114.597	67,79	2.430.198	32,21	7.544.795
1991	7.663.122	81,28	1.764.479	18,72	9.427.601
1996	8.865.836	84,42	1.635.644	15,58	10.501.480

Fonte: **IBGE** - Contagem Nacional de População, 1996.

Como se pode ver no Quadro 2, a população urbana cresceu mais que o dobro, ou seja, o aumento da população urbana durante a década de 1950-60 foi de 583.731, o que corresponde a uma taxa de urbanização de 34,22%. Essa população se distribuía em 64 cidades de Mato Grosso, em 179 cidades de Goiás e no Distrito Federal.

Outras importantes mudanças foram acontecendo na região Centro-Oeste, após a construção do Distrito Federal. Brasília, sede do poder central, com seu moderno plano rodoviário passa a ser o centro das atenções do país e se abre para receber novos habitantes, influenciou no surgimento de novos lugares urbanos, bem como deu vida para a comunicação com as cidades e outras regiões. Para Cardoso (1989):

A interiorização “da” capital e “do” capital desenhou novos rumos para as grandes extensões do Brasil Central. No que toca ao quadro urbano do Centro-Oeste, a presença de Brasília proporcionou grande desenvolvimento, principalmente, através do novo Plano Rodoviário Nacional, que faria da nova capital, o seu novo centro de irradiação, papel antes desempenhado pelo Rio de Janeiro. Ao procurar atingi-la, as novas estradas, ou as antigas, remodeladas, passaram a beneficiar numerosas cidades e vilas, que por servi-las diretamente, quer indiretamente, atravessando regiões próximas. Favoreceram ainda o aparecimento de embriões de numerosos centros urbanos, e isto constituiu um fato significativo, dado a existência de imensos vazios demográficos ainda existentes no Centro-Oeste por aquela época. (CARDOSO, 1989, p. 200)

O governo federal continuou tendo papel importante na interiorização do País e as rodovias fizeram parte das obras. Com a construção das rodovias no Centro Sul e ao Norte, abriu-se o caminho para a integração das demais regiões. Sobre o papel do poder público Lia Machado afirma que: [...] o estado subsidia o

capital quando ele se faz escasso, formula as políticas de desenvolvimento, isto é, investimento regional e urbano, concilia, modera ou elimina os conflitos sociais. (apud. CARDOSO, 1989, p. 201)

O Centro-Oeste com essas novas vias de comunicação integrou-se com as outras regiões brasileiras formando um grande mercado. Na análise de Ferrari (1989) com a ampliação da rede rodoviária no período de 1960 a 1970, as distâncias foram encurtadas, integrando os centros urbanos do Centro-Oeste aos principais centros produtores do Sudeste. Tal integração vai se traduzir em uma ampliação tanto da circulação monetária como da divisão territorial do trabalho, no âmbito da qual a economia regional passa por um amplo processo de crescimento e certa diversificação dos setores industriais urbanos. (FERRARI, 1989, p. 174)

Ao mesmo tempo em que integração regional resolvia os problemas econômicos, as rodovias iam facilitando a movimentação da população para diversas partes da região. Martine (1995) afirma que:

Paralelamente, a abertura de estradas e o desenvolvimento dos meios de comunicação vinham facilitando progressivamente as migrações inter-regionais. Assim, iniciou-se uma migração de nordestinos que, movidos pela seca, pelo crescimento demográfico e pelas crescentes disparidades inter-regionais nas condições de vida, passaram a alimentar os dois principais tipos de fluxos nacionais. Ou seja, passaram a contribuir tanto para o processo de concentração urbana como para as migrações em direção às fronteiras. (MARTINE, 1995, p. 63)

A fronteira do Centro-Oeste, integrada com outras regiões brasileiras, continuou recebendo novos moradores durante os anos 1960. Nessa década, os reflexos advindos da ação governamental, no sentido de induzir o povoamento, na região, – via colonização oficial, expansão da rede viária e adoção de incentivos fiscais, – responderam pelo grande fluxo migratório direcionando aos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujas variações relativas de população rural foram as maiores – 78,9% e 63,1%, respectivamente –, indicando certo paralelismo entre o avanço da fronteira agrícola rumo à porção setentrional da região e a manutenção de expressivo crescimento da população rural, ao sul da mesma. (AJARA, 1993, p. 129)

Com esses novos habitantes, no decênio de 1960-1970, a população regional teve um aumento absoluto de 2.130.267 habitantes. Prevalcia ainda, a

maioria da população na zona rural e verificava-se nesta região, a expansão da modernização da agropecuária com os grandes investimentos governamentais.

O crescimento urbano desta região também aumentou, haja vista, que, a população urbana teve um crescimento de 1.430.151 novos habitantes passando para um total de 2.437.379 pessoas. Sua taxa de urbanização em 1970 alcançou um índice de 48,04%. Enquanto isso, o Brasil tinha uma taxa de urbanização de 55,92%, o que segundo Santos (1993) esse, movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. Mas na análise de Keller; Magnanini (1977) se:

Sob o ponto de vista econômico a urbanização pode constituir índice de desenvolvimento, para a Região Centro-Oeste é indicativo de desequilíbrios infra-estruturais. As transferências de populações do meio rural para as cidades deveriam ser conseqüências do aumento da rentabilidade do setor Primário e da maior oferta de empregos Secundários e Terciários. Porém, na Região, não é o que acontece, pois grande parte do êxodo rural se dá em conseqüência do baixíssimo rendimento das atividades primárias. Entretanto, prossegue as referidas autoras afirmando que: a redistribuição da população regional nos quadros urbanos e rurais se deve não só ao crescimento das cidades já existentes e sobretudo da expansão de Brasília como também do surgimento de novos núcleos urbanos e de vilas. Em se tratando de uma Região em processo de povoamento esse fator é importante causa de incremento da urbanização; as cidades e vilas aumentaram, na Região, de 80 e 148 respectivamente, em 1940, para 306 e 225 em 1970. Nas frentes de expansão agrícola se dá não somente o crescimento dos quadros rurais como também a fundação de núcleos urbanos, pequenos centros de comércio e de serviços para a população em expansão. (KELLER; MAGNANINI, 1977, p. 120)

Esses centros urbanos em 1970 se distribuíam no estado de Mato Grosso com 84 cidades e no estado de Goiás que se destacava com 221 cidades, o Distrito Federal é contado como apenas 1, mesmo com as suas “cidades satélites”.

Mas ao mesmo tempo em que surgiam novas cidades, outras foram passando por mudanças. No intervalo de vinte anos, 1950/70, surgiram 194 novas cidades (de 112 em 1950, chegaram a 306 em 1970), muitas delas, inexistentes até como povoados em 1950. O exemplo mais flagrante é o de Brasília, na verdade um

caso anômalo, efeito da imigração espontânea e induzida, praticamente, em âmbito nacional. Em 1950, a cidade nem tinha definido seu sítio e, em 1970, já representava, juntamente com as chamadas “cidades satélites”, cerca de 22,33% da população citadina regional (516.896 hab.); outro caso talvez merece ser citado é o de Rondonópolis: em 1950, ainda não alcançava a categoria de cidade e, em 1970, já surgia com 22.707 habitantes.

Quanto ao tamanho das cidades da região Centro-Oeste, entre 1950/70, as pequenas localidades tiveram um aumento expressivo na sua quantidade, no caso daqueles centros urbanos com até 10.000 habitantes eles passaram de 107 para 274. Na observação de Guimarães (1977) este tipo de crescimento urbano, através do aumento numérico de pequenos centros, enquadra-se no princípio teórico estabelecido por Zipf – o da força da diversificação – qual seja, o da tendência da população escolher viver em pequenas comunidades próximas às fontes de matérias-primas objetivando diminuir o custo de transferência das mesmas. (GUIMARÃES, 1977, p. 329). Vejamos o Quadro 3 que se segue:

**Quadro 3 - Região Centro-Oeste: cidades e população (1970)**

HABITANTES	N.º DE CIDADES	POP. URBANA TOTAL
Até 1.000	82	56.767
De 1.001 até 2.000	75	105.584
De 2.001 até 5.000	85	268.837
De 5.001 até 10.000	32	231.921
De 10.001 até 20.000	20	262.803
De 20.001 até 50.000	7	216.422
De 50.001 até 100.000	2	172.968
Mais de 100.000	3	1.009.415
TOTAL	306	2.324.717

Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, Aluizio Capdeville. (Org.). **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**, v.1, p. 213.

Como se pode ver no Quadro 3, a maioria das cidades eram de pequeno porte, ficavam variando com a população de até 20 mil habitantes, mas já neste mesmo ano de 1970, destacavam cinco cidades na referida região com um grande contingente populacional: Brasília, com as cidades-satélites (516.896 hab.), Goiânia (361.904 hab.), Campo Grande (130.615 hab.), Anápolis (89.330 hab.) e Cuiabá

(83.638 hab.). Das cinco, três eram capitais administrativas e as outras duas, Campo Grande e Anápolis, constituíam-se em verdadeiras capitais econômicas.

Mas esta região até o início dos anos 1970, mesmo com os seus mais de cinco milhões de habitantes, ainda era um local para ser consolidado dentro do desenvolvimento capitalista. Segundo Martins (1996) nos anos 1970, o estado concebe a região Centro-Oeste como fronteira no sentido de uma disposição política sobre o território derivada das exigências da acumulação capitalista sobre o mesmo. A colonização é então, concebida com a intenção de atendê-las. Ela é orientada, primeiramente, no sentido de não ferir a estrutura fundiária concentrada vigente no país, assumindo, assim, o estatuto de “válvula de escape” das tensões e conflitos provocados pelo crescente açambarcamento de terras pelo capital que se verificavam em outras regiões como por exemplo no sul. Mas ela é, ao mesmo tempo, orientada no sentido da incorporação, ao processo de reprodução social, dos territórios a serem atingidos pela colonização. (MARTINS, 1996, p. 28-29)

Com o patrocínio do Governo Federal, o Centro-Oeste na década de 1970, passou a se modernizar. Com novos recursos para infra-estrutura e incentivos fiscais a região entra no ritmo da produção empresarial. Segundo Duarte (1989)

O processo de modernização teve por fim transformar a tradicional e pouco produtiva agropecuária da região em moldes empresariais. A alocação de recursos do setor público viabilizou a implantação de infra-estrutura (transporte, energia, armazenagem), o que permitiu a expansão da ocupação, anexando novos espaços ao processo produtivo. Utilizou incentivos fiscais e financeiros, atraindo grandes empresas para a região. Definiu novos projetos tecnológicos para terras até, então, pouco utilizadas e estabeleceu uma ampla e abundante política creditícia, transformando a agricultura regional. (DUARTE, 1989, p. 249)

Outro fato importante foi a divisão estadual de Mato Grosso. Na década de 1970, as estratégias espaciais dos planos de desenvolvimento econômico regionais e os Planos Nacionais de Desenvolvimento vão dar uma nova orientação no processo de desenvolvimento capitalista por que passava o Centro-Oeste. A intervenção estatal chegou ao limites da divisão territorial, pois em 1977 o poder central subdivide o estado de Mato Grosso, criando o estado de Mato Grosso do Sul. (DUARTE, 1989, p. 243).

A agropecuária moderna que se implantou na região, nos anos de 1970 e 1980, incluiu até os cerrados do norte da mesma. No entanto, essa atividade estava voltada para pecuária extensiva e produção de culturas de exportação, como: a soja e o algodão que são praticadas em grandes empreendimentos capitalistas e financiados pelo governo federal.

Com a motivação pelo desenvolvimento implantado no Centro-Oeste, a população continuou se dirigindo para a região buscando novas oportunidades, desta vez os sulistas foram os principais migrantes. Mudou os números da população e ao mesmo tempo influenciou no surgimento de novas cidades. Galindo; Santos (1995) escrevem que:

Durante os anos 1970, a denominada modernização conservadora no campo no sul do País, principalmente no Paraná, acabou expulsando um bom contingente de pequenos agricultores, provocando um inesperado fluxo migrante que se estende do Mato Grosso do Sul à fronteira com Rondônia, provocando o surgimento de várias cidades, do dia para a noite, a exemplo de: Jateí, Glória dos Dourados, Nova Andradina e Angélica. (GALINDO; SANTOS, 1995, p. 159).

Entretanto, na agricultura moderna, não existe lugar para o pequeno produtor e a mão-de-obra é pouco utilizada, as máquinas substituem os trabalhadores na produção. Segundo Santos, (1993, p. 10) “[...] o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.” Neste caso o êxodo rural foi e é, a “solução” para muitos camponeses. Sobre a modernização da agricultura brasileira bem como as suas conseqüências, Martine (1995) nos diz que:

O modelo de modernização agrícola adotado veio a beneficiar, de forma complementar, a concentração da propriedade e do uso da terra. Por um lado, os subsídios incentivaram a mecanização e conseqüentemente, a redução da necessidade de mão-de-obra. Por outro lado, incentivou-se a especulação com a propriedade da terra, expulsando pequenos produtores. Desse modo, a concentração da propriedade rural expulsou da terra um grande número de pequenos agricultores, posseiros, proprietários, parceiros e arrendatários. E como essas categorias de produtores eram justamente as que utilizavam mais intensivamente mão-de-obra, uma parcela significativa da população agrícola acabou sendo “liberada” ao mesmo tempo. Além disso, a mecanização nos grandes estabelecimentos teve efeito líquido negativo sobre a necessidade de mão-de-obra. Estima-se que cerca de 28,4 milhões de pessoas

deixaram as áreas rurais entre 1960-80, sendo 12,8 milhões da década dos 60 e 15,6 milhões na dos 70. (MARTINE, 1995, p. 64)

No caso da região Centro-Oeste, não foi diferente do Brasil como um todo, com a modernização da agricultura, com a falta de subsídios para os pequenos produtores, e com a falta de trabalho na região, teve início, um intenso êxodo rural. Um grande contingente de camponeses desloca-se para as cidades em busca de outros tipos de serviços predominantemente urbanos.

A partir daí, intensifica-se o crescimento urbano e dá um novo alento ao processo de urbanização. Durante a década de 1970, houve uma mudança representativa no quadro populacional do Centro-Oeste. Segundo Ajara (1989):

Em números absolutos o período de 1970/80 confronta um aumento de 2.621.586 habitantes urbanos – 105,2% – com uma diminuição na população rural da ordem de 243.994 habitantes – 9,1%. Respondem pela elevada taxa de crescimento urbano, no período em questão, não apenas a expansão das áreas urbanas já existentes, alimentadas pela liberação de mão-de-obra no campo, como também o surgimento de novos núcleos urbanos, uma vez que se trata de região com áreas em franco processo de ocupação, onde, paralelamente ao crescimento dos efetivos populacionais rurais, nas áreas de expansão da frente agrícola, registra-se a ocorrência de expressivo crescimento populacional urbano, dada a criação de pequenos núcleos urbanos visando a prestação de serviços às populações em expansão. Ajara fez uma outra observação que, no que concerne ao estado de Mato Grosso, o crescimento de população rural, inferior ao encontrado na década anterior – que era de 78,9% –, aponta, de certa forma, um paradoxo quanto à forma de expansão da frente agrícola regional, já que esta contempla um vertiginoso crescimento de população urbana concomitante a uma diminuição do incremento de população rural, neste estado. Tal fato parece associar-se à expansão da frente agrícola em áreas subpovoadas, na porção setentrional do estado, cujo avanço se faz acompanhar do surgimento de novos núcleos urbanos, e de desmembramento territorial. (AJARA, 1989, p. 123)

A urbanização da região Centro-Oeste consolidou-se no ano de 1980, quando os dados oficiais apontaram a inversão do local de moradia da maioria da população. O intenso crescimento urbano ocorrido na década anterior, elevou a população para 5.114.597 cidadãos e em contrapartida, eram 2.430.198 habitantes na zona rural. O índice de urbanização atingiu uma taxa de 67,79% para esta região, ultrapassando a urbanização do Brasil que ficou em 67,59%. (Vejam os Quadros 2).

Todos os estados desta região em 1980 atingiram um índice representativo de urbanização, o destaque foi o Distrito Federal que ficou com uma urbanização de 96,78%, fato este justificado pelas peculiaridades que o mesmo enseja, centradas na sua função político-administrativa. Segue o estado de Mato Grosso do Sul com 67,11%, o estado de Goiás com 62,22%, e o estado de Mato Grosso com 57,52%. Ajara (1989) observa que a intensidade de tal processo de urbanização, acentuado na década de 70, na região, pode ser aferida ao constatarmos que 95,8% dos municípios apresentaram acréscimo de população urbana, enquanto apenas 29,7% acusaram crescimento de população rural. No que tange às perdas populacionais, registra-se uma dominância das rurais, uma vez que num total de 306 municípios, existentes em 1970, 214 perderam população rural, na década em questão, enquanto apenas 108 apresentaram perdas totais de população, perfazendo as perdas rurais cerca de 686.340 pessoas. (AJARA, 1989, p. 130)

Em se tratando da população urbana em 1980, ela ficou distribuída em 334 cidades. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tinham 55 cidades cada um, o estado de Goiás tinha 223 cidades, enquanto que conta-se apenas 1 para o Distrito Federal. Naquela década, a região teve 28 novas cidades. Mas ainda existiam vilas no Centro-Oeste. Segundo Martine (1995, p. 80) no Brasil como um todo, as vilas agregam 16,6% da população total. Essa categoria de localidade urbana é particularmente significativa no Centro-Oeste, com 28% da população. No Quadro 4 encontramos as cidades, tamanhos e suas populações.

#### Quadro 4 - Região Centro-Oeste: cidades e população (1980)

HABITANTES	N.º DE CIDADES	POP. URBANA TOTAL
Até 1.000 hab.	34	24.319
De 1.001 até 2.000	67	98.831
De 2.001 até 5.000	98	322.542
De 5.001 até 10.000	70	484.086
De 10.001 até 20.000	34	469.944
De 20.001 até 50.000	20	566.964
De 50.001 até 100.000	6	379.978
Mais de 100.000	5	2.453.197
TOTAL	334	4.799.861

Fonte: CARDOSO, Maria F. Thereza Cavalcanti, Organização Urbana, In: DUARTE, A. Capdeville (Org.). **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**, v.1, p. 218.

Conforme vemos no Quadro 4, as cidades eram de diversos tamanhos, a maioria delas tinha até 20.000 habitantes. O destaque ficou para aquelas cidades com a população entre 2.001 e 5.000 habitantes que chegaram ao número de 98. No entanto, no ano de 1980, 5 cidades se destacavam com um alto índice de concentração urbana. As cidades mais populosas eram Brasília com as suas cidades satélites que somavam 1.139.031 habitantes; enquanto que Goiânia (GO) tinha 702.858 habitantes; Campo Grande (MS) 282.857 habitantes; Cuiabá (MT) com 167.880; e Anápolis (GO) com 160.571 habitantes.

A região Centro-Oeste continuou se desenvolvendo e recebendo um contingente expressivo de migrantes durante os anos de 1980. Justifica-se esse aumento populacional pela sua condição de fronteira e aproveitando-se das grandes somas de recursos federais injetados em projetos de expansão da agropecuária desde a década anterior. Era a seqüência da fronteira agrícola. Segundo Cardoso (1989),

A expansão da fronteira é a própria expansão do capital. A autora cita (Becker, B. 1985) a qual escreve que: a fronteira e urbanização são faces de um mesmo processo. Espaço ainda não plenamente estruturado e urbanizado, do qual é reserva de recursos, espaço ideológico. Assim sendo, o Estado se empenha em sua rápida incorporação ao espaço global, vale dizer em sua urbanização, para mantê-lo sob controle e em menor escala para atender a interesses de grupos sociais diversos. (CARDOSO, 1989, p. 215)

Pode-se afirmar que a urbanização na região Centro-Oeste, continuou de maneira generalizada em todos os estados. O setor terciário tornou-se a atividade mais importante na região dado ao grande fluxo de capital nacional, somado ainda com a atividade do comércio e com o rápido processo de urbanização. Quanto à indústria, as cidades de Brasília, Campo Grande e Goiânia tornaram-se o grande destaque dado ao forte poder da agricultura e pecuária.

Com todo esse dinamismo econômico e demográfico, alteraram-se os números da população regional. No ano de 1991 a população atingiu um total de 9.427.601 habitantes. A prevalência foi para o setor urbano com 7.663.122 habitantes e apenas 1.764.479 habitantes rurais o que equivale a 18,72%. Veja o Quadro 2.

A urbanização desta região permaneceu de forma acelerada e chegou ao ano de 1991, com uma taxa de 81,28%. Isto significa que ela foi maior que a taxa da urbanização do Brasil que ficou em 75,59%. Esse incremento da população urbana se deve também às migrações que continuaram no decorrer da década anterior nesta região como também ao êxodo rural e ao próprio crescimento natural.

Em se tratando da urbanização em nível dos estados, em 1991, o estado de Mato Grosso do Sul ficou com 79,44%; o estado de Mato Grosso ficou com 73,23%; o estado de Goiás ficou com 80,77% e o Distrito Federal ficou com 94,69%. Merece atenção o ano 1991, porque o estado de Tocantins (hoje, pertencente à região Norte) aparece nas estatísticas oficiais de Goiás e do Centro-Oeste.

Na observação de Martine (1995) o elevado nível de crescimento da população da região ocorreu, principalmente, em função da rápida expansão de suas áreas urbanas. É bem verdade que o estado do Mato Grosso apresentou um certo crescimento em sua área rural; entretanto, envolveu um contingente absoluto de menos de 60 mil pessoas. Enquanto isso, a área urbana de Goiás apresentava um crescimento de 1,4 milhões de pessoas e o próprio Mato Grosso tinha um incremento de mais de 800 mil pessoas e o Mato Grosso do Sul, mais de 500 mil.

Mas segundo este mesmo autor, tomadas em conjunto, portanto as informações referentes ao Centro-Oeste indicam a presença de dois padrões diferenciados. A maior parte da região reflete certa estagnação que difere sensivelmente das tendências verificadas em décadas anteriores. Goiás, Mato Grosso do Sul e o próprio Distrito Federal apresentaram um ritmo de crescimento que já não denota o dinamismo de área de fronteira ou de “nova” capital. Por outro lado, o crescimento observado nesse grupo é nitidamente um crescimento de caráter “urbano”. (MARTINE, 1995, p. 77)

Entretanto, no estado de Mato Grosso durante os anos 1980, o governo continuou abrindo estradas para incrementar a seqüência da fronteira agrícola, isso veio contribuir para o surgimento de novas cidades. Significa que a região alcançou o ano de 1991 com um total de 379 cidades.

Todavia, essas cidades no geral, têm merecido a atenção, uma vez que, ao mesmo tempo em que nascem novos centros urbanos, tem havido uma forte concentração populacional urbana principalmente nas maiores cidades.

Em determinadas áreas do Centro-Oeste, ainda tem dado ao Brasil, o “privilégio” de ver nascer novas cidades, bem como, emancipar novos municípios. O exemplo vem do estado de Mato Grosso, na sua região norte, também chamada de “Nortão”, que no ano de 1986, teve criados mais de 24 municípios. (CARDOSO, 1989, p. 217). Outro fato, é que com a Constituição Federal de 1988, o estado de Goiás foi dividido, sendo criado o estado de Tocantins que passou para a região Norte.

Poderíamos dizer que é a seqüência da fronteira. Oliveira (1997) ao analisar a ocupação recente na Fronteira Amazônica Mato-grossense nos diz que a:

A Marcha para o Oeste continua. [...] A cidade de certa forma, era produzida e construída na esteira da lógica imposta ao campo de produção da mercadoria internacional café. Assim, o campo de certo modo, precedeu a cidade, ainda que a interação entre ambos, seja marca histórica das diferentes regiões do Brasil. Na Amazônia, na atualidade, o processo tem a característica da fase monopolista do capitalismo. Estamos agora, diante da lógica ditada por uma ação de monopólios privados ou públicos, não há mais disputa no e pelo mercado. Há tão somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda o processo de ocupação é a propriedade privada da terra. Assim, a produção da cidade, de certa forma se impõem ao campo, ainda que propagandisticamente, o campo possa estar sendo vendido primeiro. São as cidades que se impõem na Amazônia Mato-grossense. É a lógica dos monopólios privados que se instauram e determinam a lógica do campo. (OLIVEIRA, 1997, p. 136-7)

Muitas das cidades que se beneficiaram dos investimentos feitos na região, motivados pela modernização da fronteira agrícola, tiveram um aceleração da sua urbanização, Em 1991, era Brasília, com as suas cidades satélites, com (1.596.274 habitantes) neste caso deve-se acrescentar a função da capital federal; em Goiás, a capital Goiânia com a sua função administrativa (920.838 habitantes); Anápolis com (239.047 habitantes), Luziânia (207.257 habitantes), Aparecida de Goiânia (178.326 habitantes); no estado de Mato Grosso do Sul, a capital, Campo Grande (525.612 habitantes), Dourados (135.779 habitantes); no estado de Mato Grosso, a capital Cuiabá com (401.112 habitantes), Várzea Grande (161.608 habitantes), e Rondonópolis, com (125.107 habitantes).

A região Centro-Oeste alcançou o ano de 1996, com uma população total de 10.501.480 pessoas, sendo a população urbana 8.865.836 habitantes, enquanto

que população rural era apenas 1.635.644 pessoas. O índice de urbanização foi de 84,42%.

Uma observação deve ser feita com relação ao alto índice de urbanização uma vez que nesta região, desde o ano de 1980, todos os seus estados já estavam com a maioria da população vivendo nas cidades, o Distrito Federal já se destacava com a sua urbanização consolidada desde 1960. O fato é que a região em 1996, alcançou um elevado índice de urbanização (84,42%) que ultrapassou em muito o índice do Brasil (78,36%) e em nível de macro regiões o Centro-Oeste destaca-se em segundo lugar, perdendo de pouco, apenas para a região Sudeste (89,29%).

Ainda tomando como referência o ano de 1996, a região Centro-Oeste já se constituía numa importante teia urbana composta por 427 cidades de diversos tamanhos. Mas segundo os dados do IBGE (1996), haviam sido criados nesta mesma região, mais 19 municípios, o que elevou o seu número para 446 municípios.

Essa criação de novas cidades ainda vai permanecer por um longo tempo no Centro-Oeste, pois ao mesmo tempo em que se emancipam politicamente alguns lugares e eleva à categoria de municípios temos outra observação: é que à medida que se fazem novos investimentos econômicos, melhoram as rodovias e até criam a ferrovia ou portos, ou abrem novas frentes de trabalho, ou fazendas e ou como, por exemplo, instalam-se armazéns, uma oficina ou posto de abastecimento de veículos, tudo isso favorece a chegada de novas pessoas em busca de emprego e que criam novas vilas e em muitos casos viram cidades em pouco tempo como acontece em Mato Grosso. O Quadro 5 mostra muito bem a diferente distribuição e o tamanho das cidades até 1996 em cada estado do Centro-Oeste:

**Quadro 5 - Região Centro-Oeste: distribuição de cidades (1996)**

<b>Cidades /Tamanho</b>	<b>Mato G. do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>Goiás</b>	<b>Distrito Federal</b>	<b>TOTAL</b>
Até 1.000 habitantes	---	03	03	---	6
De 1.001 até 2.000	05	19	47	---	71
De 2.001 até 5.000	20	35	88	---	143
De 5.001 até 10.000	20	28	35	---	83
De 10.001 até	22	20	27	---	69

20.000					
De 20.001 até 50.000	05	08	20	---	33
De 50.001 até 100.000	03	01	08	---	12
De 100.001 até 200.000	01	02	---	---	03
De 200.001 até 300.000	---	---	03	---	03
De 300.001 até 500.000	---	01	---	---	01
Mais de 500.000	01	---	01	---	01
Mais de 1.000.000	---	---	---	01	01
TOTAL	77	117	232	01	427

Fonte: **IBGE**, Contagem da População, 1996.

Observamos no Quadro 5, que o aumento de novas cidades foi representativo. Se compararmos o número de cidades em relação ao ano de 1980, veremos que até o ano de 1996, houve um aumento de 93 novas cidades nesta região. O estado de Mato Grosso que em 1980 tinha 55 cidades, disparou criando mais 62 novos municípios, ou seja, passou para 117 cidades em 1996 e ainda havia mais 9 distritos que estavam em fase de emancipação, o que consolidou pouco depois, elevando para 126 cidades no estado. A este aumento de novas cidades não existe outra explicação a não ser a tramas político-partidárias ocorridas durante o referido período.

O estado de Mato Grosso do Sul, em 1996, aumentou 22 novos municípios, passou de 55 cidades em 1980, para 77 cidades em 1996. Por se tratar de um estado ainda novo, criado a partir de 1977, esse aumento de novas cidades não deixa de ser representativo. Entretanto, o estado de Goiás em relação ao período de 1980 até 1996, também aumentou 9 municípios passando para 232 cidades. Mas de acordo com o IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1996), mais 10 municípios estavam criados no referido estado. Com esses números Goiás ficou com 242 cidades. A exceção é feita apenas ao Distrito Federal que junto com as suas cidades satélites sempre aparece contado com apenas uma unidade e a população urbana em 1996 era de 1.692.248 habitantes.

Alguns tamanhos de cidades merecem ser citados diante da sua grande quantidade como por exemplo, no estado de Goiás que em 1996, apresentava 138 cidades com a população de até 5.000 habitantes. Mas é neste estado que se destacava a cidade de Goiânia com 998.121 habitantes urbanos; Aparecida de Goiânia com 265.868 habitantes; a cidade de Anápolis com 244.670 habitantes e a cidade de Luziânia com 232.866 cidadãos.

No estado de Mato Grosso do Sul destaca-se 67 cidades com até 20 mil habitantes, mas a maior cidade é a capital, Campo Grande com 592.007 habitantes e a cidade de Dourados vem em seguida com 139.695 pessoas. Finalmente, o estado de Mato Grosso mesmo com sua numerosa quantidade de pequenas cidades apenas Cuiabá se destaca com 426.903 habitantes urbanos, em seguida vem Várzea Grande com 178.119 cidadãos e a cidade de Rondonópolis com 129.894 habitantes urbanos.

Como podemos ver a urbanização da região Centro-Oeste, no final do século XX, esteve motivada em grande parte pela chamada fronteira agrícola que foi responsável pela movimentação de grandes correntes migratórias para esta região.

Esta fronteira agrícola já pode ser considerada como encerrada no estado de Mato Grosso do Sul, estado de Goiás e no Distrito Federal, nestes estados o crescimento hoje, está ligado diretamente ao urbano e com grande concentração populacional em determinadas cidades. No caso do estado de Mato Grosso ainda continua abrindo novas áreas na sua região norte ou mesmo que “Nortão”. Lá, a agropecuária e os grandes desmatamentos é que vem fazendo a diferença, mas são nas cidades que aparecem os efeitos econômicos.

No entanto, vale ressaltar que o Centro-Oeste sempre teve o poder público principalmente o federal, como o grande financiador de seu desenvolvimento, mas diante da situação econômica em que viveu o Brasil no final da década de 1990 e ainda continuou depois do ano 2000, com os constantes cortes dos gastos públicos a região teve conseqüências no seu desenvolvimento e nas cidades influenciando na qualidade de vida dos habitantes.

Mas como estamos tratando de uma região que passa por mudanças constantes dado a sua produção na pecuária e agricultura como é o caso da soja que integra ao mercado mundial e que a economia brasileira também melhorou nos

últimos anos, observamos no Quadro 6 que houve um aumento representativo de novas cidades e também no número de habitantes alterando no tamanho das mesmas.

Antes que passamos para a análise dos dados, chamamos atenção para que não deixe de levar em conta os interesses de cada estado quando criam uma determinada cidade, pois devemos considerar tanto o mais simples desenvolvimento de um centro urbano assim como, a promoção de lideranças políticas locais ou até mesmo a partilha do poder pelas lideranças políticas ou até estratégias de um estado para receber ou repassar verbas governamentais quer estadual ou federal mas esse estudo não é o propósito desse trabalho.

Analisando o Quadro 6 que se segue, veremos que a região Centro-Oeste aumentou 39 cidades entre os anos de 1996 até 2007, passou de 427 para 466. Conforme chamei atenção nos parágrafos anteriores, o estado de Mato grosso foi o estado que mais criou e emancipou novas cidades, passou de 117 em 1996 para 141 ou seja, um aumento de 24 novos centros urbanos. O estado de Goiás também segue em segundo lugar com a criação de 14 novas cidades no mesmo período elevando para 246 no seu total. Já o estado de Mato Grosso do Sul aumentou apenas uma cidade ficou com 78. O Distrito Federal é contando como apenas um centro urbano embora que existem 29 regiões administrativas, antes chamadas de “cidades satélites”. Vejamos o Quadro 6.

**Quadro 6 - Região Centro-Oeste: distribuição de cidades (2007)**

Município/ Tamanho	Mato G. do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	TOTAL
Até 1.000 habitantes	---	---	01	---	01
De 1.001 até 2.000	---	03	04	---	07
De 2.001 até 5.000	09	41	97	---	147
De 5.001 até 10.000	19	28	60	---	107
De 10.001 até 20.000	28	42	37	---	107
De 20.001 até 50.000	17	19	29	---	65
De 50.001 até	03	04	11	---	18

100.000					
De 100.001 até 200.000	01	02	04*	---	07
De 200.001 até 300.000	---	01	---	---	01
De 300.001 até 500.000	---	---	02*	---	02
Mais de 500.000	01	01	---	---	02
Mais de 1.000.000	---	---	01*	01*	02
TOTAL	78	141	246	01	466

Fonte: **IBGE**, Contagem da População, 2007.

\* População estimada Luziânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia e DF.

Em um quadro geral, quando fazemos uma análise das mudanças no tamanho das cidades da região Centro-Oeste, nos Quadros 5 e 6, observamos que no período de 1996 até 2007 houve uma alteração marcante nos estados de Mato Grosso e Goiás quanto ao número de habitantes por cada cidade. Como exemplo citamos o caso do estado de Goiás que em 1996 tinha 47 cidades com população de 1 mil até 2 mil habitantes e passou apenas para 4 cidades isso significa que a população aumentou muito como é o caso das cidades com tamanho de 2 mil a 5 mil pessoas que passou de 88 para 97 e as cidades com 5 mil a 10 mil que passou de 35 para 60 cidades. Aquelas cidades com 10 mil a 20 mil pessoas passaram de 27 para 37. As outras cidades maiores também tiveram alteração nos seus tamanhos.

No estado de Mato Grosso citamos como exemplo o caso da alteração do tamanho das cidades de 1 mil a 2 mil pessoas que passou de 19 para apenas 3 cidades e aquelas com 2 mil a 5 mil habitantes que passou de 35 para 41 cidades. Aquelas com 10 mil até 20 mil pessoas passaram de 20 para 42 cidades. As cidades de 20 mil até 50 mil pessoas passaram de 8 para 19 cidades. As outras cidades também passaram por mudanças basta apenas recorrer os Quadros 5 e 6.

Como vimos, as cidades da região Centro-Oeste tiveram muitas mudanças no seu tamanho ou seja, mostram um expressivo aumento de população principalmente quando analisamos as cidades menores, mas aquelas com população entre 50 e 100 mil habitantes e entre 100 até 200 mil ou maiores também merecem ser citadas: destacamos as seguintes cidades: no Distrito Federal: Ceilândia, Taguatinga e Brasília; no estado de Goiás: Goiânia, Aparecida de

Goiânia, Anápolis, Luziânia, Rio Verde, Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás; em Mato Grosso: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop; em Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Dourados. Algumas cidades estão chegando à casa dos 100 mil habitantes como Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã em Mato Grosso do Sul e Trindade em Goiás.

Quanto aos números da urbanização em 2006, o estado de Mato Grosso do Sul tinha 86,73%, o estado Mato Grosso ficou com 82,58%, o Estado de Goiás tinha 91,54% e o Distrito Federal com 96,10% de urbanização. Por fim, a Região Centro-Oeste aparecia com 89,60% de urbanização.

O que se observou durante os estudos do processo de ocupação e da aceleração da urbanização na região Centro-Oeste, nos leva afirmar que as cidades não estavam preparadas para atender todo esse grande contingente de habitantes. Com a urbanização uma série de problemas foi aparecendo e tornando graves e que permanecerão sem solução por muito tempo. Nessas cidades encontramos problemas como a falta de trabalho, problemas com os meios de consumo coletivo como: água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, moradia etc. Tudo isso, afetou a qualidade de vida, agravaram-se os problemas com o meio ambiente, aumentou as doenças e a violência urbana.

### **Considerações finais**

No decorrer deste trabalho constatamos que a região Centro-Oeste passou por um acelerado processo de urbanização. Trata-se de um fenômeno que aconteceu recentemente provocando a criação de novos centros urbanos e as mudanças no padrão das cidades.

O processo de ocupação e a urbanização da região Centro-Oeste, tiveram início nos anos de 1940, quando ainda era um lugar distante dos grandes centros do país e começou a mudar com o Estado intervindo e financiando projetos e concedendo recursos para infra-estrutura e incentivos fiscais para empresários investirem na região. A agropecuária intensificou o seu lado comercial exigindo técnicas mais modernas e abriu novas frentes de povoamento, assim como, criou novos empreendimentos e novas indústrias.

Entendemos que o Centro-Oeste passou por expressivas mudanças com a criação de Brasília e suas vias de comunicação que integrou com as outras regiões brasileiras formando um importante mercado com outros lugares e favoreceu a chegada de um grande número de população migrante alterando o quadro demográfico da região motivado pela modernização da fronteira agrícola.

Esse expressivo número de habitantes contribuiu para um aceleração da urbanização e motivou a criação de novos centros urbanos bem como provocou um alto padrão de concentração populacional urbana de diversas cidades e nas capitais.

Como podemos ver, a urbanização da região Centro-Oeste chegou ao final do século XX motivada em grande parte pela chamada fronteira agrícola que foi responsável pela movimentação de grandes correntes migratórias para esta região e que já pode ser considerada como encerrada exceto no norte do estado de Mato Grosso que ainda continua abrindo novas áreas na sua região, provocando os grandes desmatamentos e tendo o “privilégio” de criar novas cidades.

Em qualquer análise que se faça, vale ressaltar que o Centro-Oeste, sempre teve o Poder Público, como o grande financiador de seu desenvolvimento e em se tratando de produção pode-se afirmar que a região tem tido um importante papel na economia do país e em contrapartida, o que se observou durante os estudos do processo de ocupação e da aceleração da urbanização na região Centro-Oeste, nos leva a conclusão que as cidades sofrem as conseqüências com diversos problemas urbanos, pois não estavam preparadas para atender todo esse grande contingente de habitantes.

Mesmo com os problemas urbanos graves que existem em cada cidade e as diversas mudanças na vida do cidadão poderão até mostrar o caminho de volta de muitas pessoas para o meio rural ou outros lugares, mas acredito que as cidades mesmo com seus problemas continuarão sendo o maior local de concentração humana, pois ainda de forma lenta, procura-se melhorar a qualidade de vida de seu morador e isso o manterá urbano.

## REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Rui de B. Álvares, SILVA, Pedro L. B. (Orgs.) **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.
- AJARA, Cesar. População. In: DUARTE, A. Capdeville. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v.1, p.123-148.
- BAER, Werner; GEIGER, Pedro Pinchas. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, n.2, p.3-99, abr./jun. 1976.
- CARDOSO, Maria Francisca T. Cavalcanti. Organização urbana. In: DUARTE, Aluizio Capdeville. (Org.) **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**, Rio de Janeiro: IBGE, v.1, p.189-239, 1989.
- CORREA Roberto Lobato. A urbanização nas áreas de Cerrado: algumas notas. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.7, n.13-14, p. 147-50, jan/dez.1995.
- DAVIDOVICH, Fany Raquel; FREDRICH, Olga Maria Buarque de Lima. Urbanização no Brasil. In: SILVA, Solange Tietzmann. (Org.) **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. O Centro-Oeste na organização regional do país. In: Duarte Aluizio Capdeville (org.) **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**, Rio de Janeiro: IBGE, 1989, v.1, p.15-20.
- \_\_\_\_\_. Estrutura do espaço regional. In: DUARTE, Aluizio C. (Org.), **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v.1, p.243-67,
- FERRARI, Onorina Fátima. Indústria. In: DUARTE, Aluizio Capdeville. (Org.) **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v.1, p.171-88,
- GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp. 1995.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas. **Revista Brasileira de Geografia**, v.35, n.1, p.87-104, jan./mar. 1973.
- \_\_\_\_\_.Industrialização, urbanização e persistência das desigualdades regionais do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. v.38, n.2, p.3-99, abr./jun. 1976.
- \_\_\_\_\_. Fluxos interestaduais de vazamento de renda e pobreza urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: v.42, n.3, p.477-515, jul./set. 1980.
- \_\_\_\_\_. **Evolução da rede urbana brasileira**. Brasília, CPBE/INEP. Ministério da Educação. 1963.
- GONÇALVES, Maria Flora. Processo de urbanização no Brasil. Delimitação de um campo de Pesquisa. **Espaço e Debates**, n.28, p. 67-79, 1989.

GUIMARÃES, M. Rita da S. Sistema urbano. In: GALVÃO, M. V. (Org.) **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, v.4, p.329-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. **Contagem nacional da população - 1996**, v.1, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Contagem nacional da população - 2007**, Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KELLER, Elza Coelho de Souza; MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. População. In: GALVÃO, Marília Velloso. (Org.) **Geografia do Brasil: região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, v.4, p. 113-91.

LEMOS, Amália Inés Geraiges de. Dimensão Ambiental da urbanização latino-americana. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, n.8, p.79-83, 1994.

MARTINE, George. O significado demográfico da fronteira agrícola. **Espaço e Debates** n.13, p.75-83, 1984.

\_\_\_\_\_. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de B. Álvares, SILVA, Pedro L. B. (Orgs.) **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/ Unesp. 1995, p.61-91.

MOREIRA, Morvan de M. Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração. In: GONÇALVES, Maria F. (Org.) **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p.133-56.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A fronteira amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **Onças vermelhas e amarelas: a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis-MT**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.10, p.79-92, jan./jul., 1992.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandy L. Sanches. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação? In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 65-71.

VIEIRA NETO, José. **A urbanização e a problemática ambiental no Centro-Oeste do Brasil: o caso de Rondonópolis-MT**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,  
São Paulo.

Recebido para publicação em março de 2008

Aceito para publicação em julho de 2008